

Concurso

Técnico Segurança no Trabalho

LEGISLAÇÃO DE SUPORTE PARA PROVA DE CONHECIMENTOS

Enquadramento legal de SST

- **Lei nº 7/2009, de 12 de fevereiro** - Código do Trabalho - Art.º 281º a 284º - (Estabelece os princípios gerais em matéria de segurança e saúde no trabalho)
- **Lei nº 102/2009, de 10 de setembro** - Regime Jurídico da Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho - (Regulamenta o Regime jurídico da promoção e prevenção da segurança e saúde no trabalho, de acordo com o previsto no art.º 284º da Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro)
- **Lei nº 3/2014, de 28 de janeiro** - Proceda à segunda alteração à Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, que aprova o regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho, e à segunda alteração ao Decreto -Lei n.º 116/97, de 12 de maio, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 93/103/CE, do Conselho, de 23 de novembro, relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde no trabalho a bordo dos navios de pesca.
- **Declaração de Retificação n.º 20/2014, de 27 de março** - Retifica a Lei nº 3/2014, de 28 de janeiro.
- **Portaria nº 71/2015, de 10 de março** - (Aprova o modelo de ficha de aptidão de exame de saúde)
- **Decreto-Lei nº 88/2015, de 28 de maio** - (Procede à alteração da Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, que aprova o regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho, alterada pelas Leis n.ºs 42/2012, de 28 de agosto, e 3/2014, de 28 de janeiro)
- **Lei n.º 35/2014, de 20 de junho** (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas)

Proteção especial de SST de grupos específicos de trabalhadores

- **Lei nº 7/2009, de 12 de fevereiro** - Código do Trabalho - Artº 62º - (Prevê um regime de proteção especial de segurança e saúde no trabalho às trabalhadoras grávidas, puérperas e lactantes)
- **Lei nº 102/2009, de 10 de setembro** - Artº 50º a 60º - (Regulamenta as atividades proibidas / atividades condicionadas a trabalhadoras grávidas, puérperas e lactantes, previstas no artº 62º da Lei nº 7/2009, de 12 de fevereiro)

Locais de trabalho

- **Decreto-Lei nº 347/93, de 1 de outubro** (Prescrições mínimas de segurança e de saúde para os locais de trabalho)
- **Portaria nº 987/93, de 6 de outubro** (Regulamentação das normas técnicas respeitantes às prescrições mínimas de segurança e de saúde para os locais de trabalho)

Agentes biológicos

- **Decreto-Lei nº 84/97, de 16 de abril** (Estabelece as prescrições mínimas de protecção da segurança e da saúde dos trabalhadores contra os riscos da exposição a agentes biológicos no trabalho)
- **Portaria nº 405/98, de 11 de julho** (Aprova a classificação dos agentes biológicos)
- **Portaria nº 1036/98, de 15 de dezembro** (Altera a Lista dos agentes biológicos classificados, constante do anexo à **Portaria nº 405/98, de 11 de julho**)

Radiações ionizantes

- **Decreto-Lei nº 165/2002, de 17 de julho** (Estabelece os princípios gerais de protecção bem como as competências e atribuições dos organismos e serviços intervenientes na área da protecção contra radiações ionizantes)
- **Decreto-Lei nº 348/89, de 12 de outubro** (Estabelece normas e directivas de protecção contra as radiações ionizantes)

Concurso

Técnico Segurança no Trabalho

LEGISLAÇÃO DE SUPORTE PARA PROVA DE CONHECIMENTOS

- **Decreto Regulamentar nº 9/90, de 19 de abril alterado pelo Decreto-Lei nº 222/2008, de 17 de novembro** (revogados os artigos 1º a 6º, 8º, 12º, 20º a 29º, 31º a 33º, 37º a 43º e 46º a 56º do Decreto Regulamentar nº 9/90, de 19 de abril) - (Estabelece a regulamentação das normas e directivas da protecção contra radiações ionizantes, constantes do Decreto-Lei nº 348/89, de 12 outubro)
- **Decreto Regulamentar nº 29/97, de 29 de julho** (Estabelece o regime de protecção dos trabalhadores de empresas externas que intervêm em zonas sujeitas a regulamentação com vista à protecção contra radiações ionizantes)
- **Declaração de Retificação nº 14-M/97, de 31 de julho** (Retifica o Decreto Regulamentar nº 29/97, de 29 de julho)
- **Decreto-Lei nº 167/2002, de 18 de julho** (Estabelece o regime jurídico relativo ao licenciamento e ao funcionamento das entidades que desenvolvem actividades nas áreas de protecção radiológica)
- **Decreto-Lei nº 165/2002, de 17 de julho** (Estabelece os princípios gerais de protecção bem como as competências e atribuições dos organismos e serviços intervenientes na área da protecção contra radiações ionizantes)

Radiações óticas

- **Lei nº 25/2010, de 30 de agosto** (Estabelece as prescrições mínimas para protecção dos trabalhadores contra os riscos para a saúde e a segurança devidos à exposição, durante o trabalho, a radiações óticas de fontes artificiais)
- **Declaração de Retificação nº 33/2010 de 27 de outubro** (Retifica os anexos I e II da Lei nº 25/2010, de 30 de agosto)

Ruído

- **Decreto-Lei nº 182/2006, de 6 de setembro** (Prescrições mínimas de segurança e de saúde em matéria de exposição dos trabalhadores aos riscos devidos aos agentes físicos (ruído))

Dispositivos médicos corto-perfurantes

- **Decreto-Lei nº 121/2013, de 22 de agosto** (Estabelece o regime jurídico relativo à prevenção de feridas provocadas por dispositivos médicos corto-perfurantes que constituam equipamentos de trabalho nos setores hospitalar e da prestação de cuidados de saúde)

Agentes Químicos

- **Decreto-Lei nº 24/2012, de 6 de fevereiro** (Consolida as prescrições mínimas em matéria de protecção dos trabalhadores contra os riscos para a segurança e a saúde devido à exposição a agentes químicos no trabalho)
- **Decreto-Lei nº 301/2000, de 18 de novembro** (Regula a protecção dos trabalhadores contra os riscos ligados à exposição a agentes cancerígenos ou mutagénicos durante o trabalho)
- **Decreto-Lei nº 479/85, de 13 de novembro e Decreto-Retificativo DR nº 26/86, de 31 de janeiro** (Fixa as substâncias, os agentes e os processos industriais que comportam risco cancerígeno, efectivo ou potencial, para os trabalhadores profissionalmente expostos)
- **O Decreto-Lei nº 88/2015, de 28 de maio** (Procede à alteração do Decreto -Lei n.º 24/2012, de 6 de fevereiro, que consolida as prescrições mínimas em matéria de protecção dos trabalhadores contra os riscos para a segurança e a saúde devido à exposição a agentes químicos no trabalho e transpõe a Diretiva n.º 2009/161/UE, da Comissão, de 17 de dezembro de 2009) e (Altera o Decreto -Lei n.º 301/2000, de 18 de novembro, que regula a protecção dos trabalhadores contra os riscos ligados à exposição a agentes cancerígenos ou mutagénicos durante o trabalho)
- **Decreto-Lei nº 98/2010, de 11 de agosto** (Estabelece o regime a que obedece a classificação, embalagem e rotulagem das substâncias perigosas para a saúde humana ou para o ambiente)

Concurso

Técnico Segurança no Trabalho

LEGISLAÇÃO DE SUPORTE PARA PROVA DE CONHECIMENTOS

Equipamento de trabalho

- **Decreto-Lei nº 50/2005, de 25 de fevereiro** (Estabelece as prescrições mínimas de segurança e de saúde para a utilização pelos trabalhadores de equipamentos de trabalho)

Equipamentos de proteção individual

- **Decreto-Lei nº 348/93, de 1 de outubro** (Prescrições Mínimas de Segurança e Saúde para a utilização pelos trabalhadores de equipamento de protecção individual no trabalho)
- **Portaria nº 988/93, de 6 de outubro** (Estabelece as prescrições mínimas de segurança e de saúde dos trabalhadores na utilização de Equipamento de Protecção Individual, previstas no **Decreto-Lei nº 348/93, de 1 de outubro**)
- **Portaria nº 1131/93, de 4 de novembro alterada pela Portaria nº 109/96, de 10 de abril e Portaria nº 695/97, de 19 de agosto** (Estabelece as exigências essenciais relativas à saúde e segurança aplicáveis aos equipamentos de protecção individual)

Equipamentos dotados de visor

- **Decreto-Lei nº 349/93, de 1 de outubro** (Estabelece as prescrições mínimas de segurança e de saúde respeitantes ao trabalho com equipamentos dotados de visor)
- **Portaria nº 989/93, de 6 de outubro** (Estabelece as normas técnicas de execução das prescrições mínimas de segurança e de saúde respeitantes ao trabalho com equipamentos dotados de visor previstas no Decreto-Lei nº 349/93, de 1 de outubro)

Movimentação manual de cargas

- **Decreto-Lei nº 330/93, de 25 de setembro** (Estabelece as prescrições mínimas de segurança e de saúde na movimentação manual de cargas)

Sinalização de segurança

- **Decreto-Lei nº 141/95, de 14 de junho** (Estabelece as prescrições mínimas para a sinalização de segurança e de saúde no trabalho)
- **Portaria nº 1456-A/95, de 11 de dezembro** (Regulamenta as prescrições mínimas de colocação e utilização da sinalização de segurança e de saúde no trabalho, previstas no Decreto-Lei nº 141/95, de 14 de junho)
- **Decreto-Lei nº 88/2015, de 28 de maio** - (Procede à alteração do Decreto-Lei nº 141/95, de 14 de junho, que estabelece as prescrições mínimas para a sinalização de segurança e de saúde no trabalho, alterado pela Lei n.º 113/99, de 3 de agosto)
- **Portaria nº 178/2015, de 15 de junho** - (Procede à primeira alteração à Portaria nº 1456-A/95, de 11 de dezembro que regulamenta as prescrições mínimas de colocação e utilização da sinalização de segurança e saúde no trabalho.